

São administradores do devedor:

Tiago Teixeira de Aguiar Fontes, a quem é fixado domicílio na Rua do Padre Américo, 31, 3.º, D, Carnide, Lisboa;

Para administrador da insolvência é nomeado António da Silva Carvalho, com domicílio na Rua de Latino Coelho, 12, 5.º, D, 1050-136 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias;

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham;

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

É designado o dia 7 de Janeiro de 2010, pelas 15 horas e 30 minutos, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos de que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

13 de Outubro de 2009. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima dos Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Paula Sá e Silva*.

302436223

#### 4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

##### Anúncio n.º 8158/2009

##### Processo: 1061/07.7TYLSB Insolvência de pessoa colectiva (Requerida) N/Referência: 1434028

Requerente: JP Sá Couto L.<sup>da</sup> e outro(s).

Requerente: Sony Computer Entertainment Portugal, Unipessoal, L.<sup>da</sup>

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 4.º Juízo de Lisboa, no dia 07-10-2009, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

Singer — Produtos Eléctricos, S. A., NIF 501485074, Endereço: Edifício Singer, Zona Industrial, Rua da Garagem, 9 e 9-A, Apartado 593, 2795-510 Carnaxide com sede na morada indicada.

São administradores da devedora:

António Costa, Endereço: Rua Guilherme Coussul, 21, Queijas  
Paulo Jorge dos Santos Fernandes, Endereço: Na Sede, Zona Industrial de Carnaxide, R. da Garagem 9 e 9-A, 2790-078 Carnaxide

Pedro Miguel Branco Domingues de Abreu Rocha, Endereço: Av. Republica, 48 B — 4.º Dtº, Lisboa

Rui Manuel Agapito Silva, Endereço: Rua de Filipe da Mata, 128, 3.º, E, Lisboa

José Fernando Reis Mendes Matos, Endereço: Zona Industrial de Carnaxide, R. da Garagem, 9 e 9-A, 2790-078 Carnaxide, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Carlos Cintra Torres, Endereço: Rua Maestro Raul Portela, 6-A, 2760-070 Caxias

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não à própria insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º do CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

É designado o dia 11-01-2010, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

##### Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pela devedora (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência, o administrador da insolvência, a devedora, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

8 de Outubro de 2009. — A Juíza de Direito, *Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *Ana Cristina Castanheira*.

302412855

##### Anúncio n.º 8159/2009

##### Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 717/08.1TYLSB

Requerente: Grupo Ingemar — Comércio de Mármore e Granitos, L.<sup>da</sup>  
Insolvente: Delhui — Mármore e Granitos, L.<sup>da</sup>

##### Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 4.º Juízo de Lisboa, no dia 02-10-2009, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora:

Delhui — Mármore e Granitos, L.<sup>da</sup>, NIF 502700068, Endereço: Rua Maestro Alferes Augusto Sousa, 2715-666 Montelavar, com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeado o Dr. Alberto José Alves Nabinho, com domicílio profissional na Rua de Romano Esteves, 147, 2750-576 Cascais.

É Administrador da devedora:

Vincent Joseph Delaere, Endereço: Vedstraat 120, 8760 Meulebeke Bélgica, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º, do CIRE; e que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º, do CIRE, mediante o depósito, à ordem do Tribunal do montante que o Juiz entenda necessário para garantir o pagamento das custas da massa insolvente ou caução desse pagamento — n.º 3, do artigo 39.º, do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º, do Código de Processo Civil (n.º 2, do artigo 25.º, do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr, finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1, do artigo 9.º, do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatório a constituição de mandatário judicial.

9 de Outubro de 2009. — A Juíza de Direito, *Helena Leitão*. — O Oficial de Justiça, *A. Barata*.

302414329

#### Anúncio n.º 8160/2009

##### Insolvência de pessoa colectiva (requerida) Processo n.º 1350/07.0TYLSB

Requerente: Vigobloco — Pré-Fabricados, S. A.  
Insolvente: Videira Félix & Rodrigues — Engenharia e Construção, S. A.

Publicidade de Deliberação nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Videira Félix & Rodrigues — Engenharia e Construção, S. A., NIF 503593010, sede: Rua Visconde Moreira de Rey, 16 A, Linda-a-Pastora, 2790-440 Oeiras

Administrador da Insolvência: Alberto José Alves Nabinho, Endereço: Rua de Romano Esteves, 147, 2750-576 Cascais

Nos termos e para os efeitos previstos no artigo 213.º do CIRE:

Ficam notificados todos os interessados, de que no processo supra-identificado, por decisão da Assembleia de Credores realizada em 17/09/2009, foi aprovado o Plano de Insolvência, cujo conteúdo se encontra disponível para consulta neste Juízo.

13 de Outubro de 2009. — A Juíza de Direito, *Ana Paula A. A. Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *Ana Cristina Castanheira*.

302434344

#### 1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LOULÉ

##### Anúncio n.º 8161/2009

##### Publicidade de sentença e notificação de interessados

No Tribunal Judicial de Loulé, 1.º Juízo Competência Cível de Loulé, nos autos de Insolvência n.º 783/09.2TBLL, no dia 28-04-2009, às 16,13 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Marta Alexandra Neves Rodrigues da Silva, Endereço: Av. Francisco Sá Carneiro, Edifício Coimbra Mar Bt, Quarteira, 8125-154 Quarteira com sede na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Dr.ª Maria Paula Mattamouros Resende, Endereço: Rua Carlos Testa, 10 — R/c Dtº, 1050-046 Lisboa

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação por outra forma garantida.

Ficam notificados todos os interessados que podem, no prazo de 5 dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

30 de Setembro de 2009. — A Juíza de Direito, *Helena Isabel Cravo*. — O Oficial de Justiça, *Eulália S. S. Cristina*.

302379808

#### TRIBUNAL DA COMARCA DA LOUSÃ

##### Anúncio n.º 8162/2009

##### Prestação de contas de administrador (CIRE) Processo n.º 1154/08.3TBLSA-D

Administrador Insolvência: Paula Peres  
Insolvente: Construções Gualter Nascimento & Lopes, L.ª, e outro(s)

A Dr.ª Joana Costa Lima, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente Construções Gualter Nascimento & Lopes, L.ª, NIF 505535580, Endereço: Rua Nova, Barreiro, Semide, 3220-402 Miranda do Corvo, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º, n.º 1, do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

6 de Outubro de 2009. — A Juíza de Direito, *Joana Costa Lima*. — O Oficial de Justiça, *Teresa Martinho*.

302424916

#### 3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DA MARINHA GRANDE

##### Anúncio n.º 8163/2009

##### Processo n.º 980/09.0TBMGR

Requerente: Salmold Unipessoal, L.ª  
Insolvente: Skymould L.ª

##### Publicidade de sentença e notificação de interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal Judicial da Marinha Grande, 3.º Juízo de Marinha Grande, no dia 05-08-2009, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do(s) devedor(es):

Skymould, L.ª, NIF 507843550, Endereço: Rua das Rosas, 108-A, Pedra de Baixo, 2430-400 Marinha Grande, com sede na morada indicada.